

SEÇÃO CRIMINAL

Confisco de instrumentos e produtos de contravenção

CYRILO LUCIANO GOMES JÚNIOR
Promotor de Justiça – SP

SUMÁRIO: I – Apresentação do tema. II – O posicionamento dos estudiosos: a) Inadmissibilidade do confisco; b) Admissibilidade do confisco. III – O artigo 1º da Lei das Contravenções Penais. IV – O artigo 91, inciso II, do Código Penal: a) Efeito automático da condenação; b) Efeito necessário da condenação. V – A questão dos produtos de contravenção. VI – Os inconvenientes da interpretação literal. VII – Considerações finais e conclusão.

I – Apresentação do tema

Questão bastante discutida, relativa à possibilidade de a sentença condenatória ter ou não o efeito de acarretar o perdimento de bens, em favor do Estado, bens esses tidos como instrumentos ou produtos de contravenção penal, ante os termos do artigo 91, inciso II, do Código Penal.

A Exposição de Motivos do Código Penal de 1940, quando trata da questão, revela que o preceito acima mencionado decorreu de alteração do original projeto Alcântara, e instituído como um dos “efeitos necessários da condenação”. A Lei nº 7.209/84, que deu nova redação à parte Geral do Código Penal, não alterou o tratamento da matéria.

II – O Posicionamento dos estudiosos

a) Inadmissibilidade do confisco:

Tem prevalecido o entendimento de que o confisco dos *instrumenta et producta sceleris* só é cabível quando da prática de crimes, e não quando são praticadas contravenções. Neste sentido já se têm manifestado inúmeros doutrinadores e a jurisprudência dominante. Cumpre mencionar adotarem tal posicionamento Celso Delmanto⁽¹⁾, Julio Fabbrini Mirabete⁽²⁾, Damásio Evangelista de Jesus⁽³⁾, William Wanderley Jorge⁽⁴⁾, entre outros.

Os fundamentos apresentados por estes doutrinadores consistem em argumentos ligados à interpretação literal do texto do artigo 91, inciso II, do Código Penal. Assim, interpretam a expressão "instrumentos do crime" (da alínea "a") e "produto do crime" (da alínea "b") como tendo o condão de afastar as outras infrações penais, as contravenções penais definidas na Lei das Contravenções Penais e em leis extravagantes. Neste sentido há jurisprudência maciçamente dominante.⁽⁵⁾

Mirabete⁽⁶⁾ argumenta com o texto legal, valendo-se da interpretação literal e ressaltando a imperiosidade de que sejam os instrumentos do delito bens cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção sejam objetivamente ou absolutamente proibidos. Sob esse raciocínio, boa parte dos julgados tem consagrado a impossibilidade do confisco de instrumentos de contravenção.⁽⁷⁾

b) Admissibilidade do confisco:

Há os que sustentam a possibilidade de haver confisco em objetos da contravenção, em posição diametralmente oposta aos primeiros. Entre eles, menciono Marcello Jardim Linhares⁽⁸⁾, Gonzaga Franceschini⁽⁹⁾, José Duarte⁽¹⁰⁾, Tupinambá Miguel Castro do Nascimento⁽¹¹⁾, Luiz de Mello Kujawski⁽¹²⁾, não menos ilustres.

O festejado Manoel Pedro Pimentel, após titubear durante algum tempo⁽¹³⁾, posicionou-se favoravelmente ao perdimento em favor do Estado dos instrumentos e produtos de contravenção.⁽¹⁴⁾

Há quem entenda ser cabível o confisco de objetos de contravenção, em alguns casos, e incabível em outros, adotando posicionamento diverso dos acima referidos.

Paulo Lucio Nogueira⁽¹⁵⁾, a este propósito, entende que "em se tratando de arma, entendemos que não se pode dar ao artigo 91 do Código Penal interpretação restritiva por falar 'crime', quando não poderia falar em 'contravenção', já que existe lei especial a respeito e, muito embora tal lei não trate especificamente do confisco, manda no seu artigo 1º aplicar às contravenções as regras do Código Penal, o que ocorre em muitas situações".

Damásio, que adota a posição majoritária, sustenta não ser cabível o confisco em tais hipóteses, mas, quando dá exemplos de instrumentos que devem ser confiscados, inclui "arma de pessoa sem porte, ... gazuas"⁽¹⁶⁾, que naturalmente podem ser apreendidos em processos judiciais sobre as contravenções dos artigos 18, 19, 24, 25 e 28 da Lei das Contravenções Penais.

O principal argumento dos que entendem admissível o confisco é invocar a interpretação do artigo 1º da Lei das Contravenções Penais, que diz "aplicam-se às contravenções penais as regras gerais do Código Penal, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso", firmando hipótese de aplicação subsidiária.

III – O Artigo 1º da Lei das Contravenções Penais

Diz o preceito inaugural da Lei das Contravenções Penais: "Aplicam-se às contravenções penais as regras gerais do Código Penal, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso". A exposição de motivos da Lei das Contravenções Penais, da lavra do ilustre Francisco Campos, já mencionava, em seu item I, que na parte geral da lei "é inicialmente declarado que, salvo as suas próprias disposições em contrário, se aplicam às contravenções as 'regras gerais' do Código Penal".

Estabelece-se, portanto, o princípio da especialidade, quanto a temas abrangidos pela lei especial, e se firma, ao mesmo tempo, a subsidiariedade do Código Penal, em sua parte geral, para as omissões.

Nota-se, desde logo, que a Lei das Contravenções Penais, intencionalmente, deixou de disciplinar algumas questões, preferindo adotar a normatização já existente no

Decreto-lei nº 2.848/40. Tal medida é de boa técnica, até mesmo pela extrema inconveniência em ficar repetindo normas gerais, cuja subsidiariedade se presume.

Dessa maneira, ficam excluídos, quanto às contravenções penais, os preceitos do Código Penal sobre territorialidade; o elemento subjetivo, acerca da punição da tentativa, sobre as penas, a reincidência, o erro de direito, o limite das penas sobre penas acessórias e medidas de segurança, uma vez que tais matérias são disciplinadas por normas da lei especial.

Assim, e por simples prosseguimento desse raciocínio, todos os outros temas tratados na parte geral do Código Penal devem ter aplicação quando se trate de contravenção. Por exemplo, e à toda evidência, aplicam-se às contravenções os princípios da legalidade e da anterioridade da lei, consagrados desde muitos séculos, consoante os artigos 1º e 2º do Código Penal. Ainda, aplicam-se às contravenções as excludentes de antijuridicidade (arts. 23 a 25), os preceitos sobre imputabilidade penal (arts. 26 a 28), acerca do concurso de pessoas (arts. 29 a 31), sobre a conversão da pena pecuniária em pena privativa de liberdade (art. 51, combinado com o art. 9º da LCP), sobre os critérios para a fixação da pena, passando pelas circunstâncias atenuantes e agravantes (art. 59 a 76), suspensão condicional da pena (arts. 77 a 82, combinado com o art. 11 da LCP), sobre reabilitação (art. 93), sobre extinção da punibilidade (art. 107 e seguintes).

Muitos desses dispositivos têm em seus enunciados a expressão 'crime', e nem por isso a doutrina e a jurisprudência fazem qualquer reserva à sua inteira aplicabilidade às contravenções penais.

O silêncio da Lei de Contravenções sobre os efeitos da condenação é reflexo de que o legislador confiou na força emergente de seu artigo inicial.⁽¹⁷⁾

Por estas razões, negar a subsidiariedade das normas gerais do Código Penal quanto às contravenções, em matérias omissas da lei especial, é negar ao artigo 1º da Lei das Contravenções Penais plena vigência.

IV – O artigo 91, inciso II, do Código Penal

O artigo 91, inciso II, do Código Penal, prevê o confisco, como efeito extrapenal da sentença condenatória. É incluído entre os efeitos secundários de natureza civil⁽¹⁸⁾, juntamente com a definição da responsabilidade civil para efeito de reparação do dano *ex delicto* (inc. I), e a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela e curatela (art. 92, inc. II), sem exclusão daquelas disciplinadas no Código Civil, nos artigos 1.183, 1.595, 1.744 e 1.745.

Com tal dispositivo, pretendeu o legislador penal impedir aos delinqüentes a reiteração de infrações penais com os mesmos instrumentos, assim como o proveito do infrator com a prática ilícita.

a) Efeito automático da condenação:

Trata-se o confisco de efeito automático da condenação, pois não depende de expressa menção na sentença que acolhe a acusação.⁽¹⁹⁾

É que a condenação já pressupõe o desencadeamento de todos os seus efeitos, desde os principais até os secundários, entre os quais estão os efeitos extrapenais de natureza civil.

Por isso mesmo é supérflua a expressa menção, no corpo da decisão, de que ela produz os efeitos que a lei lhe confere.

b) Efeito necessário da condenação:

A necessidade do confisco decorre da relação jurídica originada pelo delito, pela qual pode o Estado exercer o *jus puniendi* contra o indivíduo.

Quando a lei penal diz “são efeitos da condenação” os que menciona, consagra obrigações do condenado para com o ofendido, relativa à responsabilidade civil, e para com o Estado, notadamente pelo perdimento de instrumentos e produtos da prática ilícita, impedindo que se locuplete da infração e procurando dificultar sua *perseverantia*.

Em nenhum momento o legislador previu hipótese em que não se aplicaria o disposto no inciso I do dispositivo, ou seja, em que, apesar de declarado culpado pelo fato típico e ilícito, o condenado não seria responsabilizado pelos danos, consoante o preceito do artigo 159 do Código Civil.

Ao contrário, é seguro que, exceto se houver absolvição pela negativa peremptória da ocorrência do fato, a questão pode voltar a ser analisada pelo juízo cível, nos termos do artigo 66 do Código de Processo Penal. Devolve-se ao Poder Judiciário, assim, o conhecimento da matéria, de modo a que seja imposto ao responsável pelo evento – ainda que por culpa levíssima, irrelevante ao Direito Penal – a obrigação de reparar o dano.

Se nenhuma ressalva há na lei, é natural a conclusão de que, também para o confisco, não há restrições quando se tratar de decisão condenatória.

V – A questão dos produtos de contravenção

É comum vincular-se a análise desse dispositivo exclusivamente ao problema das armas de fogo. Porém, não é razoável olvidar que também se cuida de confiscar os produtos de contravenção.

Muito embora, via de regra, não tenham as contravenções produto, propriamente, há casos em que inegavelmente têm. Como exemplos, as contravenções relativas à polícia de costumes, e notadamente o “jogo do bicho”, definido no artigo 58 do Decreto-lei nº 6.299/44.

Obviamente que os contraventores têm proveito com a prática da infração penal. Tanto é assim que se tornam, no mais das vezes, poderosos e influentes. O fluxo de recursos financeiros é tão intenso que são inclinados a enveredar por outros ramos da marginalidade, em especial o tráfico de entorpecentes e o contrabando. Não raro, outrossim, envolvem-se com quadrilhas de exterminadores e seqüestradores.⁽²⁰⁾ Não bastasse, desafiam a lei e as instituições, e mesmo o Poder Judiciário, valendo-se de seu poder econômico e de sua influência política. Fato recente, compareceram à audiência perante a Justiça Estadual do Estado do Rio de Janeiro escoltados por agentes de segurança pessoal fortemente armados, os quais poderiam acionar imediatamente, caso se sentissem – eventualmente – molestados ou ameaçados pela ação legal.

Os resultados da prática contravencional são, quase sempre, convertidos em patrimônio ou investidos na ampliação da ação ilícita. Assim é que, não raro, boa parte do patrimônio dos contraventores é constituída por produtos da infração.

De rigor mencionar que o inciso II, alínea “b”, do artigo 91 do Código Penal não restringe o conceito dos produtos de infração sujeitos ao perdimento, em favor do Estado, como faz a alínea “a”. Assim, de se concluir que quaisquer bens podem ser objetos de confisco, desde que haja elementos conclusivos no sentido de que são produtos da ação contravencional.

Entendimento diverso consagraria exceção não legal à incidência do artigo 91, inciso II, alínea “b”, do Código Penal. Com efeito, limitar o confisco aos fatos delituosos, excluindo-se as contravenções, equivale a construir cidadela inexpugnável, a servir de refúgio aos malfetores, onde podem ocultar-se e fugir à ação da lei e da Justiça Criminal.

VI – Os inconvenientes da interpretação literal

Os estudiosos da hermenêutica jurídica lecionam que, por mais claras que possam parecer, necessitam as normas jurídicas de interpretação, para seu perfeito entendimen-

to. Com a correta interpretação, o exegeta delimita os exatos sentido e alcance do preceito.⁽²¹⁾

Toda norma jurídica tem elementos de caráter gramatical (também chamados literais, semânticos ou filológicos) e de caráter lógico. A boa interpretação deve passar por um e outro, com a soma das observações a cada qual atinentes. Sob o prisma gramatical, analisam-se as palavras e seu conteúdo intrínseco, notadamente para definir sua precisa significação. Justifica-se o cuidado porque cada palavra pode ter significado unívoco ou equívoco, vulgar ou técnico. A análise dos elementos lógicos completa o estudo literal, com a adição dos elementos extrínsecos, de caráter lógico propriamente ditos, histórico, teleológico e sociológico.

Com o exame conjunto de todos os elementos da norma obtemos a melhor interpretação. Assim, temos a *ratio legis*, que reúne os motivos determinantes da promulgação da lei, a *intentio legis*, indicativa da intenção do legislador, e a *occasio legis* que mostra os elementos históricos contemporâneos à criação da lei.

A este propósito já ensinava Ulpiano: *verbum ex legibus, sic accipiendum est: tam est legum sententia, quam ex verbis*. O sentido das leis se deduz tanto do espírito como da letra respectiva.⁽²²⁾

Entretanto, se um houver de prevalecer, entre os métodos gramaticais e os lógicos, é mais razoável sejam estes últimos, posto que a análise do texto legal, quando restrita aos elementos intrínsecos da norma é, no dizer de James E. Clayton, “o meio mais certo para a má interpretação”.⁽²³⁾ Quanto a isso, Carlos Maximiliano, concluindo suas palavras sobre o processo literal de interpretação, diz: “Nunca será demais insistir sobre a crescente desvalia do processo filológico”...⁽²⁴⁾

VII – Considerações finais e conclusão

O único fundamento invocado pelos juristas que esposam a impossibilidade do confisco é a interpretação literal do preceito. Em nenhum momento se encontra menção a qualquer outro argumento. E, em que pese o inegável peso de suas respeitáveis posições, a meu ver incorrem em equívoco, justamente porque superestimam a interpretação literal, menosprezando os demais critérios, notadamente o teleológico.

Nunca é de balde mencionar o ensino de Carlos Maximiliano: “Quando o texto dispõe de modo amplo, sem limitações evidentes, é dever do intérprete aplicá-lo a todos os casos particulares que se possam enquadrar na hipótese geral prevista explicitamente; não tente distinguir entre as circunstâncias da questão e as outras; cumpra a norma tal qual é, sem acrescentar condições novas, nem dispensar nenhuma das expressas”.⁽²⁵⁾

De outro lado, como sustentar a interpretação literal do artigo 91 do Código Penal e esquecer de interpretar, pelos mesmos critérios, o artigo inaugural da Lei das Contravenções Penais? Quem sustenta a inadmissibilidade do confisco, para as contravenções, tinha imperiosa necessidade de enveredar no exame de ambos os dispositivos, e não apenas omitir considerações sobre este último preceito.

Não se trata, por conseguinte, de violação ao direito de propriedade, garantido na Constituição Federal, ou de aplicação analógica *in malam partem*, como julgou a Colenda 6ª Câmara do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo recentemente (Ap. 775.471, rel. Juiz Rubens Gonçalves, 13.1.93). É caso de aplicação do princípio da subsidiariedade da lei geral quanto a questões não disciplinadas pela lei especial, em atenção à expressa determinação dessa última.

A Lei das Contravenções Penais previu infrações penais que, se de um lado têm pequena potencialidade lesiva à ordem jurídica, por outro lado não se pode negar tenham importante caráter preventivo. Assim é que, pela repressão a condutas menos

graves (como o simples porte ilegal de arma, o mero disparo de arma de fogo em via pública ou em local habitado, ou a condução de veículo sem habilitação legal, ou de maneira perigosa, ou a embriaguez etc.) procurou o legislador criar embaraços à prática de delitos mais graves, como as agressões a indivíduos, com emprego de armas, ou a ocorrência de acidentes automobilísticos, entre tantos.

O louvável espírito preventivo da lei dos crimes anões pode ser invalidado pela incorreta interpretação de seus dispositivos.

Por exemplo, o porte ilegal de arma é conduta objetivamente ilícita, ante a previsão do artigo 19 da Lei das Contravenções Penais, mesmo que a arma seja de porte autorizável. Assim, é imperativo o confisco da arma, como efeito da condenação, visto constituir-se instrumento de infração penal, cujo porte pelo indivíduo é positivamente ilícito. É medida imperativa porque é tremenda a probabilidade de que o agente, novamente de posse da arma que portava sem autorização da autoridade administrativa competente, torne a fazê-lo, criando situação de perigo abstrato ou, até, de perigo e dano concreto aos cidadãos.

E que dizer acerca de todos os outros crimes anões, que naturalmente podem ser praticados com instrumentos suscetíveis de confisco, ou produzir frutos cujo confisco é necessário, para não premiar os infratores com o gozo dos resultados da ação antijurídica?

O preceito em questão é aplicável, também, quando se tratar de contravenção penal, pois o silêncio da lei especial sobre a questão remete necessária e automaticamente à normatização do Código Penal. *Ubi lex voluit dixit, ubi noluit tacuit* (onde lei a quis, disse, onde não quis, silenciou).

Tem plena vigência o artigo 1º da Lei das Contravenções Penais. As decisões contrárias à aplicabilidade do artigo 91, inciso II, a hipótese de instrumentos e produtos de contravenção são revestidas de vício. *Ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus* (onde a lei não distingue, não devemos distinguir), porque *iudex non debet lege esse clementior* (o juiz não deve ser mais clemente do que a lei).

Notas bibliográficas e referências

- 1 - "Código Penal Comentado", Ed. Renovar, 1991, pág. 141.
- 2 - "Manual de Direito Penal", Atlas, 1991, 1º Volume, pág. 328.
- 3 - "Comentários ao Código Penal", Saraiva, 1985, 2º Volume, pág. 754; "Código de Processo Penal Anotado", Saraiva, 1990, pág. 111.

"É inadmissível a perda da arma, como confisco, na contravenção do artigo 19 da LCP. O artigo 91, I, 'a', do CP, permite o confisco 'dos instrumentos' da infração. Assim, suponha-se que o sujeito cometa um homicídio empregando um revólver de que não possua porte. Nesse caso, é possível o confisco, uma vez que a arma serviu de 'instrumento' da prática delituosa. Na contravenção, entretanto, a arma é objeto material e não instrumento. Faz parte da descrição típica. Não está fora da infração." (Lei das Contravenções Penais Anotada, Saraiva, 1993, pág. 18)

4 - "É possível o confisco de arma de fogo por fato contravençional, isto é, quando o agente é acusado de portá-la sem autorização legal? Não. O artigo 91, II, letra 'a', usa a expressão 'crime', que é restritiva e que não pode ser entendida no sentido de infração penal, abrangente também das contravenções penais. Assim, impossível é o confisco de armas nas hipóteses de exclusiva violação à norma contravençional." ("Curso de Direito Penal", Forense, 1986, pág. 557)

5 - "A expressão 'crime' empregada na redação do Código Penal é restritiva e não pode ser entendida no sentido de infração penal, abrangente também de contravenções

penais. Assim, impossível é o confisco de armas nas hipóteses de exclusiva violação à norma contravençional." (JUTACrim 46/318)

"Falando a lei expressamente em instrumento de crime, não se aplica o confisco - mesmo literalmente - como efeito da condenação, a instrumentos à prática contravençional, mesmo que ao final faça referência a fato ilícito e criminoso. Tão-só a título de argumentação, existe entendimento no sentido de que o confisco até de arma só tem cabimento quando se tratar de instrumento de crime e não pelo simples porte ilegal." (RTJEPR 60/248, maioria de votos)

No mesmo sentido: JUTACrim 21/284, 46/318, 71/375, 91/401, 96/81; RT 356/278, 371/160, 378/307, 409/199, 440/406, 440/407, 442/453, 442/455, 542/374, 571/372, 579/333, 593/333, 605/307, 605/367, 608/350 (dois julgados).

6 - Ob. cit., pág. 327.

7 - "O confisco diz respeito a arma proibida. Somente se justifica o confisco de armas cujo porte não pode ser autorizado." (JUTACrim 67/206)

"A restrição legal do art. 91, II, 'a', do Código Penal alcança, tão-só, as hipóteses em que os instrumentos apreendidos tenham merecido utilização para a prática de crime e, ainda assim, quando tais instrumentos consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito." (JUTACrim 91/401, maioria de votos)

8 - "A perda do instrumento da infração, disciplinada pelo Código Penal, também se aplica às contravenções." (RJDTACrim 7/27)

9 - "Contravenções Penais Controvertidas", LEUD, 1992, págs. 63/64.

10 - "Dispõe o Código Penal, na Parte Geral, artigo 74, aplicável às contravenções, pelo artigo 1º do Dec. Lei nº 3.688, que são efeitos da condenação: ... II - A perda, em favor da União, ressalvado o direito do lesado, ou de terceiro de boa-fé: 1º) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisa cujo fabrico, alienação, uso, porte, ou detenção, constitua fato ilícito; 2º) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso." ("Comentários à Lei das Contravenções Penais", Forense, 1944, pág. 224)

11 - "Embora o artigo 1º da Lei das Contravenções Penais mande se aplicarem, à lei especial, as regras gerais do Código Penal, há intensa discussão sobre a aplicação, ou não, às infrações contravençionais, do artigo 74 do aludido Código, que determina a perda, em favor da União, dos instrumentos do crime, ressalvado o direito de boa-fé ou do lesado... Comungamos com a posição jurisprudencial permissiva do confisco. As regras gerais do Código Penal, onde se encontra o aludido artigo 74, se aplicam, por determinação legal, às contravenções penais. Ora, o porte de arma, sem licença da autoridade, constitui fato ilícito e, por isso, há base para o confisco, o que, sendo efeito da condenação, é consequência obrigatória desta. A circunstância de o artigo 74 falar em 'crime' é explicável. Se o Código Penal não trata das contravenções, nestas não poderia falar. Contudo, tal norma se lhes aplica por determinação do artigo 1º da lei especial respectiva." ("Porte de Arma e a Jurisprudência", in Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 1975, números 5/6, pág. 167/168).

12 - "O condenado pode ser submetido à liberdade vigiada, sendo aplicável, ainda, o confisco." ("Das contravenções referentes à pessoa e ao patrimônio", in "Justitia", 1974, vol. 86, pág. 233)

13 - Ob. e pág. cit.

14 - "Quanto ao confisco da arma, tem-se julgado que essa medida processual não alcançaria as contravenções. O confisco seria assunto privativo dos crimes. Mas, parece-nos inaceitável essa orientação, desde que o art. 100, estando sob a Parte Geral do Código Penal, tem aplicação extensiva às contravenções, por força do artigo 1º da lei própria." ("Contravenções Penais", Saraiva, 1980, 1º Vol., nº 181, pág. 154)

15 - Como Juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo, Manoel Pedro Pimentel foi relator do acórdão publicado na RT 378/307, datado de 23-9-64, cuja ementa é a seguinte: "Sem embargo do que dispõe o artigo 1º da Lei das Contravenções Penais, a expressão 'crime' empregada no artigo 74, nº II, do Código Penal é restritiva e não pode ser entendida no sentido de infração penal abrangente também das contravenções".

16 - "Em posição contrária a esta se encontra José Duarte... Para este comentarista, portanto, o artigo 1º da LCP mandou aplicar às contravenções as regras gerais do Código Penal, sempre que aquela lei não dispusesse de forma contrária. Se a Lei das Contravenções Penais não cuidou especialmente do assunto e, por conseguinte, não dispôs de modo diverso, aplicam-se as regras gerais do artigo 74 do CP também às contravenções. Esta orientação parece-nos a mais certa. Se não fosse assim, o legislador estaria na obrigação de disciplinar expressamente na Lei das Contravenções Penais todos os institutos da parte geral do Código Penal, dificuldade óbvia que foi contornada pelo dispositivo genérico do artigo 1º daquela lei especial." ("Contravenções Penais", RT, 1978, pág. 73)

17 - "O confisco do revólver, decretado pela sentença, fica mantido, por ser um dos efeitos da condenação, seja à luz do artigo 74, II, letra 'a', do Código Penal de 1940, sob cujo império ocorreram os fatos, seja em face do artigo 91, II, letra 'a', da Lei nº 7.209, de 1984.

É certo que os dispositivos legais acima mencionados se referem a 'crimes'. Bem por isso, vários penalistas e respeitável corrente jurisprudencial entendem que o "confisco" não se aplica às contravenções. Entretanto, não menos verdade é que o artigo 1º, da Lei nº 3.668, de 3.10.41, manda aplicar às contravenções penais as regras gerais do Código Penal, sempre que ela não dispuser de modo diverso.

Desse modo, se a Lei das Contravenções Penais não cuidou dos efeitos da sentença condenatória, é evidente que, nessa parte, se aplicam as regras gerais do Código Penal. Se outra fosse a vontade do legislador, por certo a teria expressado na Lei das Contravenções. Por exemplo, quis ele que as penas acessórias não se aplicassem aos delitos relativos tal como estavam previstos no Código Penal. Então, tratou de discipliná-las de modo diverso (art. 12). Se permaneceu silente no que se refere aos efeitos da condenação, é lógico que, confiante na força emergente do art. 1º, previu que nenhum Juiz deixaria de observar as disposições da Parte Geral do Código Penal. Entendeu, com razão, ser supérflua a repetição no texto de normas previstas em outra legislação que expressamente mandou aplicar.

De outro lado, as contravenções são delitos relativos a certos bens jurídicos. Desse modo, quando a Parte Geral do Código Penal se refere a 'crimes', usa do termo em sentido lato, para abarcar não só os crimes propriamente ditos como também as contravenções. Crime, no mais das vezes, figura em lugar de ilícito penal. Tal entendimento encontra apoio no art. 1º da Lei das Contravenções Penais." (JUTACrim 88/236, rel. Silva Pinto, 5.12.85) (no mesmo sentido RJDTACrim 13/115, rel. Juiz Emeric Levai, 24.2.92)

18 - Op. cit., pág. 324.

19 - "Apesar de não constar da sentença, as armas não devem ser restituídas aos réus, por constituir o confisco delas um dos efeitos da condenação." (RT 568/338)

"O confisco de arma constitui um dos efeitos automáticos da condenação." (JUTACrim 65/324)

20 - "O 'jogo do bicho' é punível por lei em vigor, nada justificando a alegação de que, por estar proliferando, não deve ele ser punido. Ao contrário, cada dia que passa conhecem-se grandes quadrilhas, ligadas a setores públicos e políticos, comprometidas com a corrupção, ligadas a assassinos profissionais, mais recentemente ao tráfico de drogas etc. A proteção ou tolerância com a prática punível por lei expressa e em pleno vigor deve ser

combatida com a mesma violência e atrevimento dos contraventores, para que chegue ao fim o franco desrespeito à lei." (RDJTACrim 5/67, rel. Juiz Costa Porto, 8.11.89).

"Se o Estado explora jogos ou loterias, o faz autorizado por lei, com destinação de parte das arrecadações para fins assistenciais, com prestação de contas dessa atividade à luz do dia, aos olhos de todos, ao passo que o marginal e malfadado jogo indígena em má hora criado, denominado 'do bicho' sobre constituir-se em bolsão purulento onde pululam os mais graves crimes, homicídios e corrupções à sua volta, se presta a enriquecer alguns poucos e desfalar as já minguadas bolsas populares, com a pura ilusão do ganho fácil, distorcendo a personalidade e a formação dos valores morais e econômicos." (José Roberto Dealis Tucunduva, parecer na Apelação nº 479.001/7, do Tribunal de Alçada Criminal, acolhido com votação unânime em 12/11/87, em julgamento presidido por Dias Tatit, dele participando Silva Rico, Rubens Gonçalves e Carvalho Neto, este como relator)

Ver, ainda, Marco Antonio Marques da Silva, "Jogo de Bicho - Aplicação da Norma Penal", artigo publicado na Revista do Advogado da AASP nº 35, outubro de 1991, págs. 81-83.

21 - "Por mais clara que seja uma norma, ela requer sempre interpretação. Nesse sentido, bastante convincentes são os dizeres de Degni: A clareza de um texto legal é coisa relativa. Uma mesma disposição pode ser clara em sua aplicação aos casos mais imediatos e pode ser duvidosa quando se aplica a outras relações que nela possam enquadrar-se e às quais não se refere diretamente e a disposição poderá parecer clara a quem a examinar superficialmente, ao passo que se revelará tal a quem a considerar nos seus fins, nos seus precedentes históricos, nas suas conexões com todos elementos sociais que agem sobre a vida do Direito na sua aplicação a relações que, como produto de novas exigências e condições, não poderiam ser consideradas, ao tempo da formação da lei, na sua conexão com o sistema geral do direito positivo vigente."

Daí a necessidade da interpretação de todas as normas, por conterem conceitos que têm contornos imprecisos, como diz Larenz.

Interpretar é descobrir o sentido e alcance da norma, procurando a significação dos conceitos jurídicos."

(Maria Helena Diniz, "Compêndio de Introdução à Ciência do Direito", Saraiva, 1988, pág. 380; há menção a Francesco Degni, "L'interpretazione della legge", Nápoles, Jovene, 1909).

22 - Digesto, liv. 50, tit. 16 - "de verborum significatione", frag. 6, § 1º, apud Carlos Maximiliano, "Hermenêutica e Aplicação do Direito", Forense, 1991, pág. 111.

23 - "O Direito em Ação", traduzido por Miná ML Irlandini, Forense, 1966, apud Daniel Coelho de Souza, no seu "Introdução à Ciência do Direito". Saraiva 1983, pág. 389.

24 - Prossegue: "incomparavelmente inferior ao sistemático e ao que invoca os fatores sociais, ou o Direito Comparado. Sobre o pórtico dos tribunais conviria inscrever o aforismo de Celso - *scire leges non est verba earum tenere, sed vim ac potestatem* (saber as leis é conhecer-lhes, não as palavras, mas a força e o poder) Digesto, liv. 1, tit. 3, frag. 17), isto é, o sentido e o alcance respectivos. Só ignorar poderiam, ainda, orientar-se pelo suspeito brocardo - *verbis legis tenaciter inhaerendum* (apeguemo-nos firmemente às palavras da lei). Ninguém ousa invocá-lo; nem mesmo quem de fato o pratica. Não devem ter imitadores os formosos espíritos que, ao ventilar teses jurídicas, ainda hoje timbram em servir-se apenas de erudição filológica; ostentam como documentação, adversa do Direito Comparado, trechos de gramáticas e dicionários, unicamente. Ninguém contesta o subsídio que podem prestar o conhecimento das leis e usos da linguagem; estude-se, todavia, o Direito, de preferência, nos livros de Direito, nacionais e estrangeiros." (Ob. cit., pág. 123)

25 - Ob. cit., pág. 247.